

Estudo de Marcio Pochmann revela que o Sudeste é hoje o maior pólo de expulsão de mão-de-obra do país

Foto: Antonio Scarpinetti

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

A região Sudeste deixou de ser o centro privilegiado do movimento migratório, transformando-se atualmente no principal pólo de expulsão de mão-de-obra do Brasil, além de registrar um dos piores indicadores da produção e do emprego no país. Essas constatações estão na pesquisa “Nova geoeconomia do emprego no Brasil: um balanço de 15 anos nos Estados da federação”, coordenada pelo economista Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia (IE) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp.

De acordo com a pesquisa, o protagonismo de São Paulo e de Estados vizinhos – sobretudo Rio de Janeiro e Minas Gerais – é hoje desempenhado pelas regiões Centro-Oeste e Norte, onde estão as áreas de fronteira agropecuária e de extrativismo mineral. Os novos Estados líderes – Amazonas, Mato Grosso e Goiás à frente – detêm os melhores resultados na evolução do PIB, e conseqüentemente, a maior absorção de migrantes de todo o país.

Pochmann revela que o estudo, de âmbito nacional, buscava interpretar algumas hipóteses formuladas no Brasil ao longo da década de 1990. Uma das mais recorrentes dava conta de que os empregos não estavam mais nas metrópoles, mas sim nas pequenas e nas médias cidades. Para fundamentar a pesquisa, foram utilizadas fontes primárias de informações, todas oficiais, que constam de levantamentos feitos pelo IBGE entre os anos de 1990 e 2005, tanto no que diz respeito à população como ao comportamento do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados. “A investigação tratou de analisar, de forma simultânea, o mercado de trabalho e a economia dos Estados nas cinco grandes regiões”, revela o economista.

A pesquisa mostra que, com a crise da dívida externa [início da década de 1980], “o Brasil passou a dar sinais de abandono do longo ciclo de rápida expansão econômica, que era acompanhado pelo movimento de estruturação do mercado de trabalho”. De acordo com o documento formulado por Pochmann e sua equipe, “o que se verifica nos últimos 25 anos corresponde à fase de semi-estagnação econômica, simultaneamente perseguida do movimento de desestruturação do mercado de trabalho”. Para exemplificar, Pochmann revela números emblemáticos: entre os anos de 1990 e 2005, o PIB brasileiro cresceu somente 2,41% (média anual), enquanto a expansão média anual da População Economicamente Ativa (PEA) foi de 2,76%.

De descompasso em descompasso, a estagnação respingou no chamado padrão migratório nacional. O estudo mostra que, durante os primeiros quatro anos da década de 2000, o saldo líquido entre saídas e entradas de migrantes foi negativo em mais de 215 mil pessoas no Sudeste, enquanto no período imediatamente anterior havia sido positivo – na casa de quase meio milhão de migrantes.

O coordenador da pesquisa observa que a débacle dos Estados do Sudeste é a principal constatação do estudo. Razões históricas e econômicas corroboram a importância dos números recentes. Conforme lembra Pochmann, São Paulo foi, ao longo do século XX, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1980, “o estado-locomotiva” do Brasil. Esse crescimento, analisa Pochmann, era diretamente responsável pela integração nacional e, em última instância, pelo desenvolvimento das demais regiões do país. “Ainda que fosse um crescimento fundamentado numa

A nova geoeconomia do emprego

O professor Marcio Pochmann: análise simultânea da economia e do mercado de trabalho



industrialização concentrada, aquilo que se organizou em São Paulo de uma certa maneira supra o mercado nacional”, avalia Pochmann.

Em razão desse crescimento rápido, São Paulo protagonizou a expansão e a estruturação do mercado de trabalho, com base no assalariamento, no baixo desemprego e na forte capacidade de absorção do movimento migratório. “Tivemos gente de todos os Estados vindo para cá em busca de oportunidades, o que possibilitou a expansão da classe média, uma das características de São Paulo”.

Supõe-se que esse estado de coisas tenha começado a mudar a partir da década de 1980. O que o estudo faz é provar que, já a partir de meados da década de 1990, as mudanças consolidaram-se. “Os Estados que protagonizaram a expansão econômica, no período anterior, encontram-se atualmente nos últimos vagões”, constata Pochmann.

O Rio de Janeiro, por exemplo, é o Estado com menor ritmo de expansão econômica no período compreendido entre 1990 e 2005. São Pau-

lo vem em seguida, com o segundo pior desempenho econômico. “Enquanto Estados como Amazonas e Mato Grosso vêm crescendo a um ritmo de expansão chinesa, de 7% a 8% ao ano, São Paulo e Rio crescem a um ritmo haitiano, menos de 2% ao ano, média inclusive inferior à brasileira”, revela Pochmann.

A baixa expansão da atividade econômica gerou a desestruturação do mercado de trabalho. A região Sudeste, particularmente São Paulo, registrou um forte movimento de expulsão de mão-de-obra, especialmente aquela desempregada. “Em sua maioria, são nordestinos que voltaram às suas cidades de origem ou se dirigiram àqueles Estados que hoje lideram o crescimento econômico, sobretudo Amazonas e Mato Grosso”, constata Pochmann.

Paradoxo – Mas essa descentralização não é boa para o país? Poderia, mas os resultados estão aquém do desejado. A começar de outra constatação – contraditória, à primeira vista – da pesquisa: os Estados que

tiveram maior crescimento econômico são, também, aqueles em que o desemprego mais cresceu. As razões não são poucas, mas algumas, segundo Pochmann, saltam aos olhos.

Segundo o professor do IE, a expansão econômica das regiões Centro-Oeste e Norte está vinculada à produção de baixo valor agregado e de pouco conteúdo tecnológico. São produtos primários ou derivados do extrativismo mineral, normalmente vinculados à produção de alimentos ou à pecuária. “São, de fato, fronteiras. Mas, apesar do importante impacto no mercado de trabalho, são incapazes de dar emprego para os habitantes locais e, sobretudo, para os migrantes que vão em busca de melhores oportunidades”, constata.

Duas são as razões principais para a origem dessa distorção, explica Pochmann. A primeira, em particular, está relacionada ao fato de a mão-de-obra ser pouco intensiva, ao contrário da industrialização. “Essa mão-de-obra não está vinculada à industrialização, ao setor de serviços

e à fronteira tecnológica de última geração”. Em segundo lugar, porque se trata de um tipo de expansão econômica que não “puxa” o crescimento do país. “São atividades fortemente vinculadas às exportações, como é o caso da soja. Essas regiões são, de uma certa forma, reflexo do que ocorre na economia internacional. O crescimento da atividade econômica dá-se apenas localmente. Do ponto de vista da renda, o efeito de contaminação é mínimo”. Dessa maneira, observa Pochmann, o que faz do Mato Grosso um Estado rico não é o fato de produzir soja, mas sim o de ter um comprador estrangeiro disposto a adquirir o produto.

Na realidade, avalia Pochmann, o que há é um quadro de uma “certa fragmentação” do espaço nacional, na medida em que não é totalmente verdadeira a tese de que exista descentralização e homogeneidade do mercado de trabalho. Além de não conseguir absorver a totalidade da mão-de-obra, esses novos centros de expansão econômica não dispõem, de forma significativa, de postos de trabalho para a geração de empregos para a classe média, em razão dos motivos explicitados pelo pesquisador. “São, em geral, empregos de um salário mínimo”.

Ademais, lembra Pochmann, esse novo padrão migratório é diferente daquele registrado com mais intensidade na década de 1970, quando predominava, nos estados do Sudeste, a chegada de trabalhadores de baixa escolaridade oriundos da zona rural, que disputavam vagas em postos de trabalho mais simples. “Nos dias de hoje, verificamos que esse movimento migratório se dá sob um perfil de outra natureza, ou seja, trata-se de uma migração urbana, de cidade para a cidade, e não mais do campo para a cidade”.

Essa nova legião, explica Pochmann, é formada também por profissionais de maior escolaridade e com alguma experiência profissional, que disputam um lugar ao sol num nível de trabalho intermediário e/ou superior. Ocorre, então, uma pressão por vagas de trabalho de classe média. A realidade, porém, fala mais alto. “As vagas são insuficientes para dar conta de uma sociedade relativamente estratificada em que a mobilidade social é a principal referência. Mais de 90% das vagas abertas são de até dois salários mínimo mensais. Na verdade, estamos construindo uma sociedade polarizada entre ricos e pobres”, diagnostica Pochmann.

Embora acredite que sejam factíveis as ações que visem o desenvolvimento de políticas de enriquecimento e de valorização da cadeia produtiva local, o pesquisador prega que a saída para o impasse está na formulação de uma política nacional de desenvolvimento regional. Nesse sentido, avalia Pochmann, o Plano de Aceleração Econômica (PAC), recém-anunciado pelo governo federal, pode oferecer algumas soluções, embora ainda esteja longe de ser um “projeto incorporado”.

“Pelo menos é a primeira vez, desde o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento [PND, criado no governo Geisel], que a questão do desenvolvimento regional é recolocada na mesa, ainda que seja a partir de uma lista de obras a serem feitas”, observa o economista.

Na opinião de Pochmann, torna-se urgente a implantação de medidas que estanquem essas distorções. O professor do IE lembra que o Brasil deixou de ser um país que recebia imigrantes para ser um “exportador” de mão-de-obra, especialmente a qualificada. Estima-se que entre 140 mil e 160 mil pessoas deixem o país a cada ano. “É a tal fuga de cérebros. Trata-se de um paradoxo num país de baixa escolaridade. Justamente aquele segmento mais qualificado, que mais se esforçou para conseguir seus objetivos, não encontra uma colocação”.